

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (1922-1930)

MICHEL ZAIDAN FILHO
Universidade Federal de Pernambuco

O nosso ponto de partida, para análise da História do Partido Comunista Brasileiro, neste período, foi o de encará-la como um **reflexo passivo** das vicissitudes da própria História brasileira. Vem daí a nossa afirmação que *"o PCB sempre foi um partido nacional, refletindo todos os avanços e recuos da sociedade brasileira, no que ela teve de mais progressista"* (in "Construindo o PCB: 1922-1924". Temas de Ciências Humanas (7):129, 1980).

O que desejamos afirmar com isso tem a ver com a via assumida pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o papel desempenhado pelo ideário **nacional-popular** — como forma de expressão da marginalidade político-social da pequena burguesia urbana.

Partimos do princípio de que a via **reacionária** de desenvolvimento capitalista, introduzida neste País com a economia cafeeira, foi incapaz de inserir a pequena burguesia urbana no esquema de alianças da classe dominante, fazendo-a oscilar permanentemente entre o Estado e os movimentos sociais. Esta trajetória pendular assume, em seus momentos de crítica ao regime republicano, uma feição jacobina, anti-liberal, nacional-popular, cuja melhor ilustração é o positivismo laico dos primeiros anos da República. Tal verniz ideológico, alimentando o protesto dos movimentos sociais desde o final do século passado no Brasil, vem a ser uma das fontes das idéias socialistas entre nós, não sendo portanto de surpreender a procedência abolicionista e republicanista de muitos dos fundadores de partidos socialistas e trabalhistas na Primeira República (Evaristo de Moraes, Maurício

de Lacerda, Astrojildo Pereira, etc.).

Esta herança será decisiva para a formação ideológica de nossos primeiros dirigentes comunistas, atando-os intimamente às particularidades da vida política brasileira; fazendo-os, alguns deles, refletir estas particularidades, se bem que de uma forma inconsciente, espontânea, intuitiva. Em consequência, é possível dizer que os militantes comunistas acompanharão, ao longo da Primeira República, as lutas mais progressistas da sociedade brasileira, traduzindo-as em suas formulações partidárias; mas serão incapazes de se tornarem um reflexo crítico, transformador dessa herança nacional. É o que acontece, por exemplo, com a mais original contribuição do PCB nos anos vinte — a teoria da Revolução Democrático-Pequeno-Burguesa — como será mostrado mais à frente.

Foi à luz desses pressupostos que estudamos os diversos aspectos da história do PCB nos anos vinte.

AS ORIGENS IDEOLÓGICAS DOS PRIMEIROS GRUPOS COMUNISTAS

Em primeiro lugar, a formação ideológica prévia dos primeiros dirigentes comunistas brasileiros. Aqui, recusamos a velha e tradicional abordagem dos remanescentes anarquistas na prática e no discurso comunistas. Abordagem impressionista da história e das idéias no Brasil que, cega pelas falsas evidências factuais, não se dá conta nem mesmo do fato de ser o próprio anarquismo brasileiro uma corrente extremamente eclética e, por isso, também um reflexo da formação social brasileira. Senão, como entender, por exemplo, a mixórdia ideológica representada pela definição do "ideal sindicalista" como sendo "*a realização prática e experimental das leis científicas da sociologia*"?(cf. Vida Proletária: Organização Social Sindicalista. O Brasil: 4, 7/6/73). Mistura de Positivismo com anarco-sindicalismo? E os vínculos do anarquismo com a maçonaria? E o tropismo dos anarquistas cariocas em torno de Maurício de Lacerda? Isto, sem falar nas complexas relações dos "libertários" com o movimento tenentista, em 1924. Acrescente-se, ainda, a atitude dos anarquistas em relação a certas manobras gover

namentais nos meios operários do Rio de Janeiro, tal como a eleição de Carlos Dias para representar a classe operária brasileira em Genebra, em 1926.

Mais instigante para o conhecimento dessa história é o matiz **nacional-popular** na gênese dessas ideologias sociais (positivismo, socialismo, anarquismo, comunismo, trabalhismo, etc.) e que tem a ver com as lutas abolicionistas e republicanistas no Brasil, como já dissemos mais atrás. Neste sentido, a biografia mesma dos velhos militantes socialistas em nosso País é um **índice** dessa característica histórico-genética acima apontada. De outra forma, como entender então a ligação de Evaristo de Moraes com o Abolicionismo e Republicanismo em fins do século passado: as relações de Maurício de Lacerda com o Hermismo e, depois, com o Nilismo; a aproximação de Joaquim Pimenta com o Dantismo etc. Isto sem falar nos militantes que posteriormente se converteriam ao comunismo-marxista, tais como: Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro, Leônidas de Rezende, Luiz Carlos Prestes e outros, máxime em suas relações com o movimento tenentista, onde aquela herança sempre suscitou problemas para a direção política do PCB.

A esta característica — o matiz nacional-popular — é preciso acrescentar o reforço das influências positivistas e evolucionistas no socialismo internacional da época (incluindo, depois, o próprio "marxismo-leninismo" da IIIª Internacional Comunista) que não abandonará tão cedo o pensamento socialista brasileiro. Sobre isto, é necessário recuperar um pouco das vicissitudes das idéias de Marx na segunda metade do século XIX. E aqui é de notar-se a transformação que sofreu a teoria social marxiana no sentido de converter-se ora em discurso (positivo) do método das Ciências Sociais, ora numa concepção (ontológica) do mundo. Essa conversão metodológica e/ou filosófica — cujo eixo é o materialismo monista e uma sociologia "científica" — será o pano-de-fundo dos projetos de construção socialista no mundo inteiro, particularmente nos países mais atrasados da Ásia e da América Latina. É de se salientar que esta influência será tão forte que impregnará, inclusive, o anarquismo (veja-se, por exemplo, a obra O Apoio Mútuo, de Pedro Kropotkin) e o anarco-sindicalismo brasileiro, tal como acontece com os trabalhadores de José Oiticica, Everardo Dias, entre outros.

O PCB E A INTERNACIONAL COMUNISTA

Em segundo lugar, estudamos a relação do PCB com a IC. Esta talvez seja a parte mais bem sucedida desta empreitada. Aqui, também, o impressionismo gerado pelas falsas evidências testemunhais foi responsável pela credibilidade da tese que vincula organicamente, desde as origens, os comunistas brasileiros à Internacional Comunista. Embora Astrojildo Pereira tenha afirmado que, desde 1919, se tivesse conhecimento da criação da IC em Moscou, através de notícias veiculadas pelo **Populaire**, de Paris, tem sido muito difícil comprovar qualquer vinculação orgânica do PCB com a IC, pelo menos, antes de 1922, depois do Congresso Constituinte do Partido (março de 1922). Recentemente, algumas pesquisas revelaram que uma delegação da KOMINTERN veio ao Brasil, em meados de 1929, com o objetivo de apreciar os progressos do movimento comunista em nosso País. Entretanto, é possível dizer que, mesmo assim, será escassa a influência prática da IC sobre a linha do PCB durante toda a década de vinte.

A despeito da importância estratégica, para a sobrevivência dos PCs, que representa o seu reconhecimento oficial pela IC, há-de-se reconhecer que a decisão de fundar um PC e buscar sua vinculação orgânica com a KOMINTERN foi mais um ato unilateral dos militantes socialistas brasileiros, e que teve um papel decisivo nos primeiros anos de existência do Partido. Na verdade, a elucidação das origens das relações orgânicas entre o PCB e a Internacional Comunista passa pela recuperação do processo constitutivo das agências regionais da IC, dos órgãos informativos e doutrinários para a América Latina, pela participação coletiva dos delegados latinoamericanos nos congressos da Organização Internacional e, naturalmente, pelo aumento progressivo do interesse da IC pela América Latina, ou seja, quando o imperialismo americano ganha mais importância nas formulações cominternianas da revolução mundial. Em suma, procuramos mostrar que a efetividade orgânica e política daquele vínculo foi muito prejudicada, na década de vinte, pela ausência de instâncias regionais da IC (secretariados, comitês, bureaux) que mediatizassem aquela relação; só vindo a ocorrer tal materialização orgânica em 1926, ainda assim com muitas irregularidades, como admitiu o próprio Astro-

jildo Pereira em 1928. Por fim, quando aquela ligação é de fato efetuada, o PCB sofreria uma inflexão na sua política, de graves conseqüências para sua atuação futura no âmbito da sociedade brasileira. Porquanto, a mudança no caráter das relações entre a IC e os PCs latinoamericanos é sobredeterminada pelas transformações que se dão no interior do próprio movimento comunista internacional: a análise "catastrofista" da revolução mundial (feita por Bukharine), o fracasso da revolução de Cantão, comandada pela KOMINTERN, e finalmente, os problemas que ameaçavam colocar o declínio da Inglaterra em proveito dos Estados Unidos no que diz respeito à política imperialista na América Latina. Estas alterações serão consubstanciadas nas análises e resoluções do VI Congresso da IC, realizado entre 17 de julho a 19 de setembro de 1928. O PCB, por sua vez, reproduzirá integralmente as teses aprovadas, neste Encontro, sobre os países latino-americanos, nas suas resoluções do seu terceiro congresso, ocorrido entre fins de 1928 e inícios de 1929. E a consolidação dessa estratégia (revolução democrática-burguesa anti-imperialista) para os PCs da América Latina, se dá na I Conferência Latinoamericana dos Partidos Comunistas, realizada em Buenos Aires, a julho de 1929, sob a direção da IC. A partir daí, abre-se um novo (e longo) capítulo na história destas relações entre a IC e o PCB (e os demais Partidos Comunistas Latinoamericanos).

A POLÍTICA SINDICAL DO PCB NOS ANOS 20

Um terceiro ponto diz respeito à política sindical do PCB. E aqui foi necessário frisar, mais uma vez, o específico da situação brasileira: o momento da história da IC (1922) em que nasce o PCB, e as relações entre comunistas e anarcosindicalistas durante a década de vinte. Ao invés de deduzir a política sindical comunista diretamente das palavras-de-ordem da IC, buscamos estabelecer o fato (singular) da coexistência, na prática sindical do PCB, de duas políticas, oriundas de momentos diversos da história da KOMINTERN (1919-1921; 1921-1924), além, é claro, da circunstância de terem os comunistas de disputar com os "libertários" a hegemonia no movimento sindical brasileiro.

Quanto ao primeiro ponto, há de se reconhecer que a

pregação unitária do trabalho sindical, no discurso comunista do início dos anos vinte, iria na verdade se defrontar com uma flagrante dualidade de estratégias e táticas, oriundas de momentos diversos da história da IC. Coexistiriam no PCB, ao longo da década de vinte, uma "estratégia ofensiva a curto termo", que punha a ênfase na cisão do movimento operário, através da criação de "núcleos comunistas" nas velhas organizações sindicais da classe operária, para disputar a hegemonia com os socialistas e centristas sobre ela; e uma "estratégia defensiva" que, em face do refluxo do movimento operário europeu e da ameaça às suas conquistas políticas e sindicais, passaria a privilegiar então a criação de "frentes únicas" com reformistas, centristas, cristãos e liberais, em caráter provisório.

O segundo ponto refere-se à exasperação sectária dos anarco-sindicalistas do Rio de Janeiro que, frente à "invasão", agora, dos comunistas nos meios sindicais cariocas, decidiram organizar as suas associações na base de declarações de princípios — "libertários" e rejeitar terminantemente a proposta de "frente única" comunista.

Assim, embora alçada à condição de princípio, desde o artigo-programa do **Movimento Comunista**, a política de unidade sindical dos comunistas penderia consideravelmente para o divisionismo, privilegiando na prática a "estratégia ofensiva a curto termo" — traduzida nas "21^{as} condições de admissão de um PC à IC". Ou, como diziam os anarquistas, na melhor das hipóteses, tal política sempre pressupõe a hegemonia prévia do Partido sobre seus aliados. O resultado desta dupla política sindical, aonde não teria levado diretamente ao divisionismo, com o subsequente enfraquecimento do movimento operário (a divisão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, o esfacelamento do Sindicato dos Sapateiros, o esvaziamento do Sindicato da Construção Civil, etc.), muito haveria contribuído para manter o atraso político dos trabalhadores, que continuavam assim como **objeto** da sua emancipação e não se tornavam em consequência **sujeitos** da sua atuação política, mediante um processo de auto-organização. Orientados a uma prática de depuração partidária dos sindicatos onde desenvolviam a sua atividade, os militantes comunistas favoreceram muitas vezes a desagregação dos organismos de massa, ao entrarem em disputa pela direção destas entidades com os anarco-sindicalis-

tas, socialistas ou sindicalistas "amarelos". A este respeito, a confissão mais franca que se conhece é o depoimento de um ex-dirigente sindical do PCB, Joaquim Barbosa, revelando as nocivas conseqüências da política instrumentalizante levada a cabo no Sindicato dos Têxteis do Rio de Janeiro, em fins da década de vinte, pelos ativistas sindicais do Partido. É de se acrescentar que tais revelações vir-se-iam parcialmente ratificadas pelas Resoluções do III Congresso do PCB poucos meses depois.

Mas é preciso advertir, também, para o fato de que esta dupla política sindical tinha suas raízes na ambigüidade de mesma das concepções leninistas, sobretudo no que tange à questão democrática. Como se tem tido ultimamente, não há no chamado "marxismo-leninismo" uma teoria (positiva) do Estado, e sim, uma teoria da Revolução. Na ausência, pois, de uma reflexão teórica sobre a natureza das instituições, o Estado é sempre concebido, no discurso marxista, como um instrumento, um utensílio de classe (dominante), destinado a sumir, quando as classes desapareceram. Desta forma, o socialismo é visto como **homogeneização política da sociedade**, e a democracia é pensada tão somente como um "expediente tático" a ser empregado numa etapa do processo revolucionário. Assim, a palavra-de-ordem "frente única" fica reduzida a uma manobra tática destinada a fortalecer a classe operária (e o seu Partido), contra seus aliados de véspera... Daí a permanente suspeição que envolve o discurso unitário dos comunistas, quando levado para o movimento de massas e aos aliados da esquerda, em particular.

A ELABORAÇÃO POLÍTICA DO PCB NOS ANOS 20

Com isso, chegamos assim ao ponto central deste artigo: a elaboração teórico-política do PCB nos anos vinte. Se podemos negar, e com bastante razão, a existência de relações orgânicas entre o PCB e a IC, desde as origens deste último, já no que se refere à sua política, a questão é mais complicada. Assistimos, simultaneamente, à consolidação orgânica e política da IC, a construção de uma ortodoxia "marxista-leninista" em plena expansão. Não há como negar que, não só a concepção filosófica básica do marxismo russo (o monismo materialista), mas também o discurso leninista da

"revolução democrático-burguesa" se impõe como um paradigma necessário à ação dos PCs da Ásia e da América Latina, acrescentando-se apenas o seu caráter **anti-imperialista**. Este paradigma vai estar presente na maioria das estratégias revolucionárias aprovadas nos Congressos da IC tendo em vista os países "coloniais" e "semi-coloniais". O caso do Brasil foge, contudo, um pouco a esta regra. Seja pela sua relativa autonomia orgânica, seja pela formação ideológica prévia dos nossos primeiros dirigentes comunistas, seja, enfim, pela via assumida pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o fato é que a elaboração dos comunistas brasileiros escapa ao paradigma leninista e se consubstancia naquilo que foi designado pelo nome de "Revolução Democrático-Pequeno-Burguesa" — uma teoria sem similar, não há dúvida, no arsenal estratégico da Terceira Internacional. Esta teoria foi fortemente condenada no VI Congresso da IC (1928) por ser "anti-leninista", "anti-marxista", "reformista", em suma, "pequeno-burguesa". E, como tal, a causa dos insucessos políticos do PCB na década de vinte. Realmente, comparando a política dos comunistas brasileiros, nesta época, com a tese da Revolução Democrática-Burguesa Anti-Imperialista, vê-se que as diferenças são gritantes (e não há como deixar de ser, pois esta última tem como referência histórica a China). Mas isto não constituía razão suficiente para que fosse condenada a elaboração teórico-política do PCB. Afinal, ela bem ou mal era um reflexo da situação política nacional: o movimento "tenentista". E procurou, em suas limitações, expressar a particularidade da questão pequeno-burguesa no Brasil. Daí o caráter (pequeno-burguês) e as forças motrizes (o proletariado, a pequena-burguesia, a burguesia industrial, etc.) da Revolução Brasileira. Tinha isto a ver com o leninismo? — Diretamente, não. Porém, quem afirmou ser o leninismo **uma teoria de valor histórico universal**? Rosa Luxemburgo, analisando em 1919 a Revolução Russa, dissera que o erro dos bolchevistas fôra transformar a necessidade em virtude. E o que era o leninismo (na formulação estaliniana) senão a extrapolação universal das experiências revolucionárias na Rússia, a despeito de todas as suas vicissitudes?

Sem embargo, cumpre reconhecer os limites e a fragilidade dessa elaboração nacional. Anotemos que, antes de tudo, ela é produto de **uma atividade involuntária** — floresce num contexto de relativo isolamento em que atuaram os

comunistas brasileiros em seus primeiros anos de vida. Não foi sem razão que procuraram insistentemente o contacto (e as luzes) de Moscou. Depois é possível constatar a todo instante a precária consistência dessa elaboração pela confusão terminológica que ela revela, traíndo o apelo e a influência que o discurso cominterniano (da Revolução Democrático-Burguesa) exerce sobre si.

A este respeito, é muito ilustrativo o trabalho de Otávio Brandão — **Agrarismo e Industrialismo** — prênhe de referências à revolução democrático-burguesa, à revolução permanente, à aliança operário-camponesa etc. A assunção desta linguagem denota claramente a ausência de uma **consistência estratégica** no pensamento de Brandão, dando a entender, às vezes, uma plena aceitação por ele do discurso leninista. Mas a limitação mais grave é certamente o **caráter passivo**, inconsciente dos aspectos nacionais dessa elaboração. Não há dúvida que se trata de uma concepção matizada pelas particularidades nacionais da forma de domínio burguês vigente na Primeira República. Contudo, falta aos comunistas brasileiros uma visão crítico-reflexiva destes matizes presentes em sua política.

O resultado dessa fraqueza é a pronta submissão às críticas e palavras-de-order da IC, em 1928-29, no que diz respeito ao caráter e as forças motrizes da Revolução Brasileira. A atitude dos delegados comunistas do Brasil em Moscou e Buenos Aires foi, sob este aspecto, exemplar. Nem ao menos procuraram defender a linha, até recentemente, aceita no partido. Concordaram em gênero, número e grau com as severas restrições levantadas por Jules Humbert-Droz à teoria da Revolução Democrático-Pequeno-Burguesa. Por que isto?

O PCB E A REVOLUÇÃO DE 1930

O desfecho dramático dessa história foi sem dúvida a posição assumida pelo PCB ante a Revolução de 1930. Os comunistas brasileiros têm sido duramente criticados porque haveriam interpretado a natureza deste movimento com uma "revolução democrático-burguesa" e, por isso, auxiliado a construção ideológica (da Revolução) dos vencedores em 1930. É necessário, mais do que nunca, repreender os comunistas,

não por terem pintado de rosa um movimento francamente contrarrevolucionário, mas por não terem nele participado ativamente, reforçando a posição das correntes mais progressistas da pequena-burguesia civil e militar. Se tivessem posto de lado o sectarismo e o voluntarismo (característicos da formulação "Revolução Democrático-Burguesa" anti-imperialista) e buscado se articular, na base de um programa mínimo que fosse, com as facções mais avançadas da pequena-burguesia **tenentista** e da burguesia liberal, na ampla frente política que desaguou na insurreição de 1930, talvez tivessem contribuído para democratizar os traços mais reacionários da Revolução Burguesa neste País.

ABSTRACT

This article summarizes the main conclusions of the author's doctoral thesis on the Brazilian Communist Party during the 1920's. It focuses on the following questions: the ideological origins of Brazilian Communists, the relations between the Brazilian Communist Party and the Communist International, the Communists' policy with regard to organized labor, the Party's theoretical and political development during the 1920s, and the Communists' position with regard to the Revolution of 1930.